

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007439-11.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cautelar Inominada - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Ivanete da Cruz Freitas**
 Requerido: **BV Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****Vistos**

IVANETE DA CRUZ FREITAS ajuizou a presente **MEDIDA CAUTELAR INOMINADA C.C. PEDIDO LIMINAR E PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER** em face da **BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO E FINANCIAMENTO**, todos devidamente qualificados.

Aduziu a autora, em síntese, que com a instituição financeira requerida firmou contrato para aquisição do veículo Peugeot que identificou a fls. 02. Argumentou que notou haver uma discrepância com relação aos valores cobrados e aqueles que foram efetivamente acordados. Ponderou que como então, desconhece o valor efetivamente a ser pago e alegando ter interesse em verificar o exato valor contratado, bem como o valor a ser pago, os juros, as taxas, amortizações e eventuais multas de mora por atraso, solicitou da ré a “apuração do valor exato de seu saldo devedor através de uma planilha de cálculo que evidenciasse o valor principal da dívida, seus encargos e despesas contratuais, a parcela de juros e os critérios de sua incidência, a parcela correspondente a multas e demais penalidades contratuais”, tudo embasada em Resolução do Banco Central. Justificou que como não foi atendida, ajuizou a presente ação, vez que a demora na elaboração dos cálculos poderá ser razão suficiente para lhe causar ainda maiores prejuízos. Solicitou

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

ainda a apresentação de cópia do contrato firmado.

A inicial veio instruída com documentos.

Pelo decisão de fls. 188, a inicial foi recebida apenas como Medida Cautelar de Exibição de Documentos.

Na sequência, regularmente citada a requerida ofertou defesa a fls. 193/195. Apresentou os documentos de fls. 203/207 e fls. 224/226 e a fls. 211 apresentou planilha de cálculo.

A autora mostrou-se insatisfeita nas suas petições de fls. 216/222, fls. 230/236 e fls. 240/246, argumentando que a planilha apresentada não atende os requisitos solicitados na presente ação, elencados a fls. 07, a saber: 1) o valor principal da dívida, 2) seus encargos e despesas contratuais, 3) a parcela de juros e os critérios de sua incidência e 4) a parcela correspondente a multas e demais penalidades contratuais.

DECIDO.

Pela decisão de fls. 188 a petição inicial foi recebida como **MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS**, com caráter satisfativo. Sua finalidade é a exibição e posterior conferência de documentos arquivados em repartição da requerida.

A postulada, regularmente citada, apresentou a documentação solicitada pela autora, sem nenhuma resistência, pelo que não há que se falar em sucumbência.

Já o reclamo de apresentação da planilha (conforme também já equacionado no despacho de fls. 188), não tem pertinência.

Nesse sentido, confira-se os recentes julgados do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

“APELAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO. PETIÇÃO INICIAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. PREVALECIMENTO. RECURSO IMPROVIDO. A propositura da ação de exibição pressupõe existente em poder da parte, não se prestando a determinar à parte demandada a preparação de planilha específica de cálculo” (Apelação n. 0019897-68.2011.8.26.0506. Comarca Ribeirão Preto, 31ª Câmara Direito Privado, Relator Adilson de Araújo, julg. 12/06/2012).

“Arrendamento Mercantil – Ação Cautelar de EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS – Sentença de indeferimento da petição inicial e extinção do feito, sem resolução do mérito – Manutenção – Necessidade – Pretensão de obtenção de planilha de cálculo do contrato pactuado entre autor e réu – Via Processual inadequada para obtenção de tal documento – Ratificação da sentença, nos termos do art. 252 do Novo Regimento Interno desta Corte. Recurso do autor desprovido.” – Apelação n. 900238-17.2011.8.26.0506 – Comarca de Ribeirão Preto, 30ª Câmara de Direito Privado, Relator Marcos Ramos, julg. 20/06/2012).

Para satisfação dessa pretensão cabe à autora lançar mão da ação pertinente.

Por fim, com a documentação apresentada pelo banco nesta cautelar, a postulante já tem condições de deduzir o reclamo que entender cabível.

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE, em parte**, o pedido nesta ação cautelar ajuizada por **IVANETE DA CRUZ FREITAS** contra a **BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO E FINANCIAMENTO**, e isento o banco/requerido do pagamento de encargos da sucumbência, na forma e condições acima.

Cabe ser observado que a autora é agraciada com a benesse da gratuidade de justiça, conforme deferimento a fls. 188.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

P. R. I.

São Carlos, 16 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**